

O CARÁTER SOCIAL DA SAGRADA UNIÃO ENTRE REPUBLICANOS-LIBERTADORES.

*Francisco Lopes de Almeida **

Falar sobre o caráter social, a partir de uma frase de efeito retórico, poderia parecer, à primeira vista, mais uma dessas perdas de tempo de cunho eminentemente acadêmico. Afinal, todo o ato político encerra um fenômeno da natureza social; sejam gestos, atitudes ou palavras. Por isso, a forma do discurso, muitas vezes, expressa melhor o seu conteúdo do que, mesmo, as idéias neles contidas. Pretendo mostrar, ao longo desta comunicação, que o «milagre da sagrada união» entre republicanos e libertadores, longe de ser, apenas, mais uma frase de efeito pronunciada por Vargas, se concretizará, no Rio Grande, como culminância de um processo iniciado com o advento da República.

Em artigo publicado há dois anos, me referia ao fato de que «Júlio de Castilhos, dentro da mais autêntica tradição brasileira, antecipou o futuro, quando se propôs à tarefa de modernizar a sociedade rio-grandense, de cima para baixo. Conciliando as diferentes frações da classe dominante e reordenando a antiga estrutura latifundiária, no sentido de preservar o controle político das elites sobre as camadas populares. Mas, ao organizar juridicamente o Estado, procuraria minimizar a opressão da maioria por uma minoria comprometida com o velho modo de produção». (1)

Mais adiante digo que 'Castilhos aparecerá no cenário político riograndense, no momento em que ocorre o atrito entre as novas forças de produção e a forma tradicional de dominação que as oprime. A antiga 'aristocracia rural' dirigente, fundada no binômio estância-charqueada, entra em conflito com a nova burguesia agrária, baseada na fazenda organizada como meio de produção capitalista'. (1)

A violência e a guerra civil, anticorpos que a sociedade segrega em sua defesa, terão o mérito de reconstituir a homogeneidade do sistema. Dessa forma, a Revolução Federalista de 1893, no Rio Grande do Sul, viria consolidar a hegemonia política do Partido Republicano. Indiretamente, ao favorecer a promoção social das classes médias emergentes, decretava o declínio de uma elite tradicional e comprometida com a estrutura 'colonial' de produção.

O médico Ângelo Dourado, que, em 'Voluntários do Martírio', nos fornece uma visão passional da 'guerra civil', nem por isso, deixou de perceber que os federalistas lutavam «por um direito», enquanto seus adversários republicanos, «por uma ordem». (2) Esse soldado, envolvido em combates que via apenas como 'um choque de interesses mesquinhos', parecia compreender a revolu-

ção, como conseqüência do conflito entre o direito e a ordem. Entre a sociedade civil, em crise, e o Estado, que viria reconstruí-la. O direito, representando a antiga forma de dominação, contra a nova ordem capitalista que se estabelecia.

Também o minucioso Joseph Love, embora confesse ter encontrado dificuldades para levantar os efeitos econômicos e sociais da revolução, admitirá que uma «nova constelação de poder refletiu-se, em termos regionais, sobre a elite política. As posições outros tempos ocupados, em sua maioria, por líderes vindos da campanha, assentavam-se cada vez mais, agora, os naturais da serra». (3)

Já em 1893 'lutávamos por um direito' contra a ordem, isto é, pelo direito da aristocracia liberal que se via abalada pela 'nova ordem republicana'. O dualismo geográfico proposto por Love se concretiza como dialética social. Reflexo das transformações exigidas, quando da substituição do modelo econômico 'colonial', pelo modo de produção capitalista. Pois, como afirma Celso Furtado, a 'República revela o conflito estrutural entre a classe oligárquica e os grupos médios', urbanos e rurais, «que desejavam ter acesso ao sistema de poder». (4)

Mas será em Sérgio da Costa Franco que encontraremos a melhor interpretação sobre o 'caráter social' da Revolução de 1893. «Na guerra civil, as novas camadas sociais que achavam sua expressão política no Partido Republicano haviam ganho a partida contra as elites tradicionais». (5) A vitória de Castilhos consolidou a burguesia agrária como classe dirigente e, com ela, emerge uma fortalecida classe média, composta por funcionários administrativos e pequenos proprietários urbanos e rurais. O Estado, dessa maneira, torna-se, também, fator de urbanização, ao absorver boa parte das classes médias para o preenchimento de seus quadros burocráticos. A velha 'aristocracia rural', em decomposição desde a Revolução Farroupilha, recebe, em 93, o golpe fatal que haveria de desalojá-la, definitivamente, do poder.

AS BASES DO PODER

A sociedade rio-grandense, de origens patriarcais, ansiava por uma liderança que entendesse a política como um fim, ao contrário do elitismo dos liberais, que se utilizavam da política como um meio de defesa dos seus interesses privados. Castilhos era visto por Assis Brasil, como um homem de vontade férrea, que possuía o «dom misterioso de fazer prosélitos, de impor confiança e obediência». (6) A doutrina de Augusto Comte parece ter contribuído mais no sentido de confirmar essa vocação, do que como base ideológica do programa republicano. Mas o Partido Republicano Rio-Grandense era Castilhos e Castilhos orientava-se pelo positivismo.

Comte, lembra Love, «forneceu a Castilhos e sua geração uma versão paternalista altamente racionalista do liberalismo do século XIX». (7) Os fins, para Castilhos, estavam no progresso da sociedade, que acreditava como sendo conseqüência de uma «política inspirada no amor, como princípio, — a família — e tendo a ordem, por base» — a autoridade. (8) O programa do Partido Republicano nega a revolução como um fim, em nome das reformas do meio político através da evolução do regime monárquico ao republicano. O positivismo atraía os modernizadores conservadores, que, como Castilhos, desejavam os benefícios do progresso material, sem prejuízo da hierarquia social. (10)

Castilhismo, eivado pelos ensinamentos do Comte, propunha uma ideologia do progresso, «onde a idéia de ordem estivesse ligada à idéia de hierarquia, como sistema de subordinação rígida da parte ao todo, do inferior ao superior, do processo ao resultado: pelo progresso e para a ordem». (9) O positivismo, como concepção filosófica foi reacionário, ao contrário do castilhismo, nele baseado, que, sob o aspecto estritamente político, revelará um considerável avanço, se comparado ao modelo liberal ao qual se opunha.

Ao contrário do liberalismo, que, no Brasil, representava a ideologia dominante, o positivismo propunha um novo projeto político, a partir da mediação social. O castilhismo eleva o Estado a uma condição de protagonista dessa mediação das massas, através de uma relação de tipo paternalista. «O poder não será do povo, mas deve ser exercido em seu benefício, cabendo a uma 'classe dirigente', fundada pelo Estado, assegurar absoluta liberdade intelectual e promover, em especial, a 'incorporação pacífica do proletariado à sociedade'» (11) A questão social que, no âmbito nacional, continuava sendo vista como um 'caso de polícia', aparecerá na legislação castilhista como expressão de uma realidade política. Mais tarde, Getúlio Vargas retoma este princípio, para promover a conciliação de classes, parte de um processo que desaguardaria no 'Estado de Compromisso'.

Diante dessa concepção, rigidamente assentada em princípios quase dogmáticos, o Partido Republicano estabelecerá as condições em que se produzirão as profundas transformações de ordem sócio-econômicas, durante as duas primeiras décadas deste século. A nível nacional, entretanto, os interesses da oligarquia agro-exportadora ainda coincidem com o das camadas sociais subalternas, solidificando, dessa forma, a posição hegemônica dos Estados produtores de café, em detrimento das economias periféricas. Situação que pôde ser preservada, praticamente sem abalos, até o início dos anos 20.

OS CAMINHOS DO PODER

O Rio Grande do Sul, porém, apresentava-se como um corpo estranho dentro do contexto nacional. Segundo Afonso Arinos, a política, os governadores, base funcional de todo o sistema, «tinha dois aspectos mais importantes: um econômico e outro caudilhista. O aspecto econômico se manifestava com o café, o alicerce material da República. E São Paulo e Minas eram os grandes Estados produtores. O aspecto caudilhista se exprimia pela situação especial do Rio Grande. Nos outros estados havia oligarquias, famílias influentes, que detinham o poder. No Rio Grande do Sul, dominava outra coisa. Era a ditadura comtista, fundada na pregação de Castilhos, no texto de uma Constituição peculiar, na vitalidade de Borges de Medeiros». (12)

Livre dos estraves oligárquicos e autoritariamente dirigido por um grupo organicamente estruturado, o Rio Grande do Sul, ao contrário das demais regiões periféricas, conseguiu sobreviver às crises, sem precisar atrelar-se ao carro-chefe da política dominante. Por outro lado, como lembra João Neves em suas 'Memórias', mesmo sendo um Estado politicamente influente, permaneceria isolado das questões nacionais. O tribuno rio-grandense argumenta, com razão, que «os donos da República tinham logrado impor-se graças à divisão do Rio Grande. Sempre que rebentava uma cisão no plano federal, se os republicanos se inclinavam para a oposição, o governo central acenava para os federalistas e mais tarde para os libertadores com a promessa de aju-

dá-los, dando-lhes algumas nomeações por conta. Mantinham assim, o clima de hostilidades entre as duas correntes, evitando o perigo da reconciliação interpartidária». (13) O clima de hostilidades também seria mantido, internamente, por Borges, através de uma política de favores pessoais aos correligionários, sem falar nas perseguições políticas. Essa situação só será alterada a partir de 1928, quando Vargas dá início ao que, ele mesmo, chamaria de o 'milagre da sagrada união'.

O Partido Republicano Rio-Grandense, ao contrário dos grupamentos políticos nacionais, mantinha-se coeso em razão de sua organicidade monolítica e baseado nos princípios inflexíveis do castilhismo: a doutrina, a disciplina e o chefe. Mas a razão de sua vitalidade residia na obediência, quase mística, dos militantes, à orientação do líder supremo. Uma obediência, porém, que se justificava, basicamente na comunhão de interesses comuns.

A burguesia agrária, que se consolidara como classe dirigente na vitória de 1895, quando deslocou do poder a antiga 'aristocracia rural', constituía a base social do partido. Essa relação de classe é a fonte de onde emana o poder, quase absoluto do Partido Republicano, até mesmo quando a força pessoal de Borges começa a ser contestada.

A NOVA GERAÇÃO REPUBLICANA

Em 1923, a 'aristocracia rural' dos estancieiros, que acompanhara Gaspar Silveira Martins em 1893, já integrava o acervo da nossa 'arqueologia social'. Uma nova conjugação de forças impunha-se como classe dominante, provocando, com isso, uma natural diminuição do poder republicano, pois, não mais se identificava, tanto, com os interesses de classe como antes. Abria-se dentro do próprio partido uma clara divergência dos moderados contra os métodos autoritários e inflexíveis dos ortodoxos.

Ao mesmo tempo, a oposição, unida em torno da liderança democrática de Assis Brasil, havia atraído boa parte da classe dominante descontente e contava com as simpatias das classes médias urbanas. Com isso reforçara suas posições, utilizando, como sempre o antigo método de canalizar para si as divergências de Borges com o poder central. O antagonismo, que antes fora de classe — ou entre frações de uma mesma classe —, durante a fase da consolidação republicana, assume características exclusivamente políticas. A luta pelo poder se estabelecerá no interior da própria classe dominante.

No bloco situacionista, a nova geração de líderes republicanos, forjada numa realidade bem diferente daquela encontrada por Castilhos, com habilidade e astúcia, promove a renovação dos quadros partidários, preenchendo os postos que eram ocupados pelos ortodoxos. Jovens, como João Neves, Lindolfo Collor e Osvaldo Aranha e, mesmo, as gunas mais experientes como Vargas e Flores da Cunha, alinhavam-se entre os moderados, enquanto os ortodoxos permaneciam devotamente fiéis a Borges. Entre os moderados, desde que o conflito de ordem social deixara de existir, ideologicamente, alguns estavam bem mais próximos de Assis Brasil, do que propriamente de Borges de Medeiros.

Mas, as idéias básicas do castilhismo ainda prevaleciam entre todos os republicanos, pois constituíam a fonte inspiradora da 'ditadura' que os mantinha no poder. Por esta razão, mesmo os moderados, permaneciam, politicamente, ligados a Borges, conformados pela magia do sentido histórico do castilhismo. «Nós, diria Lindolfo Collor, somos o Partido Republicano Rio-Grandense; nós

somos o Partido Castilhistas que evangelizou a República, organizou o Estado, defendeu o regime e fez, com a honradez de seus estadistas a grandeza e a prosperidade da nossa terra. Somos um partido, porque temos um programa que se antecipou de muitos decênios à realidade dos dias que correm. Somos um partido, porque temos conhecidos chefes na mais alta acepção da palavra. Somos um partido, porque temos uma disciplina como nunca a teve nenhuma corrente de opiniões no Brasil. A nossa força está na submissão consciente, que é o mais elevado apanágio do homem vivendo em sociedade». (14)

É bem verdade que Osvaldo Aranha, Flores da Cunha e o próprio Getúlio Vargas não professavam a mesma fé com tanto ardor, mas, nem por isso, se afastariam de Borges antes de outubro de 1930. Porém, apesar de mantida a disciplina a preservada incólume a liderança do velho chefe, a partir da segunda metade da década, observava-se uma certa impaciência no interior do Partido, frente às posições dogmáticas dos ortodoxos. Do postulado básico do positivismo — conservar melhorando — Borges, envelhecido no apego ao poder, preocupava-se apenas com o conservar. Melhorar era dar razão aos descontentes e parecer tolerante com os adversários.

Os tempos eram outros, a realidade social se modificara substancialmente, numa proporção bem superior à resistência do Partido. A República não tinha mais nenhum inimigo e a burguesia agrária, que sob o comando de Castilhos a sustentara no início, deixara há muito de comportar-se submissamente apenas como classe dirigente. Tornara-se classe dominante e, como tal, queria ser tratada. Até mesmo a 'ditadura científica' preconizada por Castilhos apresentava-se como fórmula anacrônica e ultrapassada no interior do Estado burguês. Ventos liberalizantes voltavam a soprar nas coxilhas do Rio Grande; vinha, agora, sob a forma amena de uma brisa democrática.

NOVAS FORÇAS SOCIAIS

A constituição de uma burguesia agrária e não industrial, no Rio Grande do Sul, prematura em relação à realidade brasileira, contribuiria para a, também prematura, formação de um proletariado rural, que, por não possuir consciência de classe, tornava-se alvo de fácil manipulação para os grupos dominantes; será sobre esta base proletária que passarão a atuar as novas lideranças, tanto republicanas, como libertadoras. Nesse sentido, os republicanos levarão nítida vantagem sobre seus opositores. Certamente será aí que encontraremos explicação para a intransigência dos republicanos ao voto secreto. No entender dos políticos da época, o voto secreto operava «o milagre de trazer consigo o censo alto». (15) Na verdade, o castilhismo pregava o voto universal, inclusive aos analfabetos, desde que fosse a descoberto. (16)

Situação bem diversa ocorria nas demais regiões do país, onde o trabalhador rural convivia em situação de dependência quase servil e sendo, por isso, facilmente manobrado politicamente pelos 'coronéis'. No extremo Sul, as classes populares, não urbanas, já dispunham de relativa mobilidade social. Fenômeno análogo ocorre, também, em São Paulo, com relação ao trabalhador estrangeiro na lavoura de café, só que este grupo, por motivos óbvios, não se prestava, de forma tão dócil, às manipulações da política dominante.

A situação política do Rio Grande do Sul, durante o período imediatamente

posterior ao Tratado de Pedras Altas e os dias que precedem a sucessão de Borges na presidência do Estado, caracterizar-se-ia pelo impasse. O chefe republicano, pessoalmente enfraquecido pela paz de 23, via seu poder agastar-se, mesmo, no interior do Partido. Político hábil, soube, no entanto, preservar sua autoridade e manter a unidade partidária até os últimos dias da República Velha. Os três anos que antecederam a indicação de Getúlio Vargas, como candidato à presidência do Rio Grande, se foram amargos para a oposição — Assis Brasil, Honório Lemos, Zeca Neto e João Francisco, serão presos ou obrigados a se exilar — foram anos promissores para os moderadores do lado republicano.

O fim do longo mandato de Borges de Medeiros, observa João Neves, «limpara a atmosfera dos ódios pessoais, mas a separação dos 'rodeios' não era menos rigorosa». (17) As eleições legislativas, em janeiro de 1927, transcorreram dentro de relativa tranqüilidade. Getúlio Vargas e Lindolfo Collo se reelegem deputados federais e a bancada gaúcha seria reforçada pelos novatos Osvaldo Aranha e Paim Filho. Os libertadores elegem Assis Brasil e Batista Luzardo. Se a pacificação política, no Rio Grande do Sul, continuava sendo um objetivo difícil de ser alcançado, o mesmo não ocorria entre republicanos e libertadores no Congresso.

A crise da pecuária e a vocação conciliadora de Vargas contribuíram, de forma decisiva, para a aproximação. A própria realidade sócio-econômica do Rio Grande haveria de provocar uma certa identidade de interesses entre Assis Brasil e Getúlio Vargas. Mesmo a nível regional, não era mais tão premente manter a luta acesa. Tanto republicanos, como libertadores, enfrentavam os mesmo problemas e viam, na pacificação a possibilidade de melhor poder enfrentá-los. A luta parlamentar pela valorização do arroz, promovida por Vargas, ou a defesa da pecuária de corte, comandada por Assis Brasil e Luzardo, foram provas bem evidentes. A nível local, a criação da Federação das Associações Rurais e dos sindicatos rizícolas, onde atuavam conjuntamente as lideranças agro-pecuárias de ambos os partidos, seria uma outra evidência. As condições para o milagre da sagrada união, pelo menos, no plano material, já pre-existiam.

A política dos favores pessoais, restrita aos correligionários, e a constância da violência, contra os adversários, haviam marcado a fase de consolidação republicana que chegava ao fim, como que confirmando as palavras de Castilhos, transcritas em A Federação, dias após a proclamação da República: «Neste instante supremo, escrevera ele, só há lugar para um partido, o partido da consolidação da República. Pretenderão acaso os homens que foram adversários da República até uma semana atrás serem competentes para fazer a República? Não, não podem ser, e estamos certos que se limitarão ao seu papel, esperando o dia de entrar na disputa do poder, quando fechada a porta do período revolucionário, se abrir a época da normalidade». (18)

Por volta de 1920, o período revolucionário estava encerrado, mas as portas da normalidade permaneciam fechadas pela intolerância de Borges e pelo dogmatismo doutrinário de seus seguidores mais fiéis. A burguesia agrária que, como grupo dirigente, sustentara a República, crescera com ela, até o ponto de tornar-se, também, classe dominante; a estância desaparecera por completo, dando lugar à fazenda organizada como meio de produção capitalista. Os velhos 'gasparistas', que sobreviveram ao tempo, já não dispunham de força política ou prestígio social. Todos eram republicanos e burgueses.

O antagonismo político manifestava-se no terreno pessoal — na maioria dos casos — e — raramente — a nível doutrinário. Os libertadores, em sua quase totalidade, se opunham a Borges e à Constituição autocrática de Castilhos; inexistia o caráter social que caracterizara, nos primórdios da República, o confronto entre a burguesia agrária, em processo de afirmação, e a decadente 'aristocracia rural'. O conflito que, em 93, fora social, em 23, será político. Com o desaparecimento das questões ideológicas, persistia, apenas, a natural reação contra a ditadura de Borges e contra a Constituição que a legitimava.

Os republicanos moderados, como os libertadores, pareciam compreender que o clima para a convivência pacífica só seria atingido, quando os elementos mais radicais fossem eliminados de seus quadros. A pacificação não se viabilizaria antes que pudessem ser depurados os setores mais reacionários da oposição, onde ainda atuavam, com relativo destaque, elementos ligados ao antigo partido federalista. Da mesma forma, a nova geração republicana, liderada por Vargas, Flores, João Neves, Collor, Osvaldo Aranha e Mauricio Cardoso, precisava eliminar, em seu Partido, a influência conservadora e ortodoxa.

CONCLUSÃO

A candidatura de Vargas, ao governo do Estado, não foi uma imposição do autoritarismo de Borges, mas o resultado de um consenso. Qualquer outro nome seria, inevitavelmente, impugnado, ou pelo chefe do Partido, ou pelos moderados da nova geração republicana, disposto a só aceitarem um nome com livre trânsito entre os opositores.

Getúlio Dorneles Vargas assumiu a presidência do Estado em 25 de janeiro de 1928, num ambiente de inusitada euforia e expectativa. O editorial do Correio do Povo traduzia, em palavras, todo este sentimento: «A posse de hoje é, na verdade, uma radiante ascensão. Os do partido que o elegeram, se regosijam ao ver subir as escadas do Palácio um representante da nova geração, como símbolo de um Estado renovado, ou inovado, e não arcáico. Os do partido contrário, que contribuíram para o golpe nos velhos costumes, também se sentirão satisfeitos». (19)

Vargas governaria menos de dois anos, mas durante sua permanência à frente do Executivo gaúcho procurou dar forma concreta ao milagre da pacificação. Governou, diria um cronista da época «sob os influxos benéficos de um conagraamento geral». (20)

Júlio de Castilhos organizara o Partido Republicano Rio-Grandense a partir de princípios inflexíveis, onde a disciplina e a obediência ao chefe preponderavam, até mesmo, sobre a doutrina. Esta, inspirada no positivismo de Comte, irá se expressar na Constituição estadual de 14 de julho de 1891, fundamento legal da 'ditadura republicana' que dominaria, de forma absoluta, a política rio-grandense durante meio século. Mas a substância do Partido Castilhistas estava no seu componente social: a burguesia agrária, que emerge com a República, deslocando do centro de poder a velha 'aristocracia rural'.

No Rio Grande do Sul, a República seria, pois, o resultado de um conflito de ordem estrutural entre as novas forças de produção e a antiga forma de dominação tradicional. Sob a condução republicana, o Rio Grande sofrerá profundas transformações sociais, sua economia moderniza-se e o Estado assumirá o papel de árbitro das questões nacionais.

A fase revolucionária, de consolidação republicana, se encerrará quando o Partido começa a perder, em parte, sua base social. Enfraquecido externamente, sobrevive, como organização política, reforçando seus mecanismos internos de dominação e coerção. O Período de Borges assinala esse momento. Castilhos consolidou a República; Borges fortaleceu o Partido que daria vida à República.

A evolução social desencadearia uma cisão no interior da classe dominante e, de forma menos visível, no seio do próprio partido dirigente. Paralelamente, emergiam, no bojo das transformações, novos grupos sociais, ansiosos por ingressar no quadro das estruturas do poder. As classes médias e o proletariado rural, a partir das eleições de 1922, dão mostras de estarem preparados para se fazerem representar, diretamente, e não mais através das elites.

Todo este cenário, marcado por profundas alterações sociais, onde a revolução de 1923 foi o primeiro grito de alerta, poria o Rio Grande, unido, de pé, pelo Brasil, expressando, na realidade concreta, aquilo que Vargas chamaria de o 'milagre da sagrada união'. A Revolução de 1930, para o Rio Grande do Sul, representou o despertar de novas forças sociais, com as quais grande parte do país já começava a se identificar.

* Jornalista, Aluno do Curso de Pós-Graduação Em História PUCRS.

NOTAS

- (1) CORREIO DO POVO, Caderno de Sábado, 7/3/78
- (2) DOURADO, Angelo, Voluntários do martírio, f. s. ed. 1896, Ed. Martins, Poa/1977.
- (3) LOVE, Joseph, regionalismo Gaúcho, p. 80, Ed. Perspectiva, S. Paulo/1978
- (4) FURTADO, Celso, Brasil Tempos Modernos, p. 14, Ed. Paz e Terra. São Paulo/1977.
- (5) COSTA FRANCO, Sérgio, Júlio de Castilhos e sua Época, p. 168, Ed. Globo, Poa/1967
- (6) ASSIS BRASIL, J.F., Parlamentarismo, Ditadura e democracia, p. 44, Ed. Globo, Poa/1908
- (7) LOVE, Joseph, op. cit. p. 38
- (8) A FEDERAÇÃO, Júlio de Castilhos, Poa, 13.11.1891
- (9) VERDENAL, René, a Filosofia e a História, p. 208, Ed. Dom Quixote, Lisboa/1975
- (10) LOVE, Joseph, op. cit. p. 38
- (11) CORREIO DO POVO, Caderno de Sábado, cit.
- (12) MELO FRANCO, Afonso Arinos, História dos Partidos Políticos no Brasil, p. 60, Ed. Alfa-Omega, S. Paulo/74
- (13) FONTOURA, João Neves, Memórias, II, p. 130, Ed. Globo, Poa/1966
- (14) COLLOR, Lindolfo, O Sentido do Castilhismo, p. 18, Ed. Globo, Poa/1936
- (15) MONTEIRO LOBATO, outros, Carta a A. Bernardes, in CARONE, E. p. 132, DIFEL, S. Paulo/1973
- (16) COSTA FRANCO, S. op. cit. p. 92
- (17) FONTOURA, J. Neves, op. cit. p. 119
- (18) A FEDERAÇÃO, editorial (J. Castilhos), Poa, 20/11/1889
- (19) CORREIO DO POVO, editorial, Poa.25/1/1928
- (20) GONZAGA, Alcides, Homens e Coisas de Jornal, p. 67, Ed. Globo, Poa/1945